

Uma nova composição de forças

Yara Alencar
da Editoria de Política

Pela primeira vez, após 19 anos de governo revolucionário, o partido que lhe dá sustentação se vê obrigado a proceder a entendimentos e negociações para garantir a aprovação, pelo Congresso Nacional, de matérias do seu interesse. É que a Câmara que surgiu, após as eleições de novembro, contará com uma nova composição de forças onde as oposições, juntas, somam 244 deputados contra 235 do governo.

Com isso, negociações em torno de proposições polêmicas serão condições indispensáveis até para a tramitação de matérias na Casa, já que pelo processo legislativo, a discussão e votação dos projetos originários do presidente da República e de deputados terão início na Câmara. Rejeitados, sequer vão à deliberação do Senado.

O decurso de prazo, dispositivo constitucional que afiança ao governo ter aprovado proposição de sua iniciativa — desde que esta não tenha sido votada pelo Congresso em tempo determinado — tornou-se quase ineficaz com a perda da maioria governista na Câmara. A ineficiência poderia ser total se as oposições tivessem se unido em bloco, o que não ocorreu. Isto possibilitará ao governo se compor com algumas das agremiações oposicionistas para aprovar os seus projetos. Até agora, quando uma matéria deixou de ser votada, o foi em razão de o governo ter manipulado a ausência em plenário da sua maioria. Isto não mais se dará, por outro lado, com a união, ainda que casual, das oposições.

Os projetos de autoria do Executivo que não atendam às oposições podem ser derrubados na Câmara. Rejeitados nessa Casa, não chegarão ao Senado, onde o governo manteve, graças aos "biônicos", o controle de dois terços dos votos, com 46 senadores contra 23 da oposição.

SITUAÇÃO

A praxi política do país antes de 64, contudo, tem demonstrado que através de conchavos, alianças e concessões, os governantes acabam encontrando a base parlamentar que lhes assegura maioria no Congresso. Hoje também eles sabem que é difícil manter disciplina oposicionista e impedir que acordos "sigilosos" surjam à última hora, possibilitando ao governo aprovar o que quer com a ausência deliberada do plenário de parlamentares da oposição. Bastaria que dez deputados de oposição se ausentassem do plenário para que o PDS tivesse as suas propostas aprovadas. Isto porque ele conta, individualmente, com a maior bancada na Câmara (235 deputados), contra 200 do PMDB, 23 do PDT, 13 do PTB e 8 do PT. Para ter determinada proposição aprovada, no entanto, é preciso que haja em plenário o quórum mínimo de 240 deputados (maioria absoluta da Casa) número que o partido do governo só consegue se permanecerem no recinto pelo menos cinco deputados de oposição. O Regimento estabelece que fora a aprovação por acordos de liderança, só mesmo por maioria simples, desde que presente a maioria absoluta dos membros da Casa.

Seria, com isso, necessária uma intensa mobilização oposicionista em torno de projetos essenciais e uma absoluta coesão desses partidos (PMDB, PDT, PTB e PT) para a rejeição de projetos do governo contrários aos seus interesses. Mas as oposições, sozinhas, não aprovarão nenhum projeto, já que a sua pretensão pode esbarrar no Senado. Correm, ainda, o risco do veto presidencial a qualquer

proposição aprovada no Congresso e que não conte com anuência do Executivo. Para derrubar esse recurso constitucional, é preciso o voto de dois terços dos membros de cada uma das Casas (318 deputados e 46 senadores), o que se torna quase impossível, caso não ocorra uma rebelião em todo o Congresso.

ANTECEDENTES

Exemplos mais recentes como os dos governos do Marechal Dutra e Juscelino Kubitschek, no entanto, demonstram que é possível governar sem maioria no Congresso, mas com acordos partidários ou um governo de coalizão. Jânio Quadros acabou renunciando sem apoio político no Poder Legislativo e por falta de habilidade para contornar a situação. João Goulart, apesar de guindado ao poder pela aliança PSD/PTB, enfrentou um período onde não foi mais possível a formação de coalizões estáveis, já que as alianças partidárias foram pouco consistentes e expressaram uma situação onde nem o governo nem as oposições tiveram condições de governar e de se opor.

Na emenda parlamentarista de setembro de 1961, todos os partidos se uniram favoravelmente a ela, isolando o PTB e o PSB. Na emenda da reforma agrária do PTB, o PSD, PR e PDC estavam contra a proposta, quando o PTB e o PSB lutavam pela sua aprovação e contra o projeto proposto pela UDN. Isto acabou gerando uma situação de crise e instabilidade governamental.

No governo JK, contudo, a maioria das questões foi decidida por uma certa coesão de cada bancada. Foram mais frequentes os entendimentos da UDN com a situação (PSD e PTB) e o PSP, que as divergências. Essa unidade, contudo, não se deu de forma gratuita, como é da tradição do processo democrático. Foi com argúcia que JK nomeou ministro do Trabalho o seu amigo Fernando Nóbrega, do PTB paraibano cumprindo, assim, o compromisso com Jango de conferir-lhe poderes amplos nas pastas de Trabalho e de Agricultura.

ALIANÇAS

Hoje o PTB da Sra. Ivete Vargas também, não formalmente, vem namorando um Ministério do governo Figueiredo. Em troca, ao invés de uma aliança instável, o Executivo poderia contar com uma aliança duradoura. Nada ainda surgiu de concreto, mas a presidente do PTB já adiantou que o seu partido não está alinhado ao PMDB e nem ao PDS, abrindo espaço para negociações futuras.

Há quem assegure, no entanto, que o PMDB vem-se assemelhando a um partido "tempestuoso" como a UDN (oposição) no governo de Jango. A época, "o mais dividido dos grandes partidos", se viu sem condições de liderar uma coalizão estável e consistente de oposição, papel que muitos prevêem para o partido dirigido pelo deputado Ulysses Guimarães, onde quem vem brilhando é a estrela moderada do senador e governador eleito de Minas, Tancredo Neves, apesar de muitos já acreditarem que esse brilho acabará por queimar o astro.

Ontem, no Congresso, quase mais ninguém duvidava de que o PTB, até por "tradição" será o aliado seguro do governo, revivendo uma fórmula que muito deu certo. O PDT, diziam alguns, espera a oportunidade de repartir o PDC (Partido Democrata Cristão) que se alinhava com o governo na maioria das questões, desde que ganhasse algo em troca.